

b) Deverá a Contratada designar um PREPOSTO, custeado pela Administração da CONTRATADA;

a) Oficiar ao Gestor todo e qualquer substituição, estando escrito os nomes do substituinte e substituído, período, motivo da substituição, bem como outras informações pertinentes, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) horas, devendo tal pessoa se apresentar na data devidamente uniformizada e com provas de contratação, constando termo em livro de ocorrência e visto do gestor;

5.3. Relação dos Empregados com dados completos - Apresentar, previamente ao início da contratação, rol dos empregados que executarão os serviços, contendo os dados pessoais, foto, inclusive endereços residenciais, telefones e outros dados de identificação. Apresentar declaração escrita em papel timbrado da CONTRATADA que nada há que desabone as condutas frente aos serviços e relações interpessoais;

5.2. Início dos Serviços - Iniciar a execução dos serviços a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento da ordem de serviço pelo Gestor do contrato, podendo a critério do CONTRATANTE haver dilatação do prazo acima consignado;

5.1. Não Subcontratação - Executar diretamente o objeto desta licitação, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;

A CONTRATADA, no decorrer da execução do presente contrato, obriga-se a:

## CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

O prazo de vigência do contrato será de até 06 (seis meses) a contar de sua assinatura, sem possibilidade de renovação como ordena o Art. 24, IV, da Lei 8.666/93 ou até que o processo licitatório nº 02298-5.2011.001, seja homologado pela Autoridade Competente.

## CLAUSULA QUARTA - DO PRAZO

3.6. As atribuições de cada categoria estão previstas na Convenção Coletiva de seus respectivos Sindicatos, não devendo, encontrar-se em confronto com aquelas.

3.5. O contingente de pessoal da CONTRATADA será distribuído de acordo com os quadros anexados ao presente instrumento.

3.4. Para ocupar a função de encarregado o indivíduo deverá ter no mínimo o ensino fundamental completo

3.3. Ressalvado o encarregado o nível de estudo exigido para as categorias será alfabetizado, entendendo-se que a pessoa que, além de saber simplesmente escrever o nome, saiba anotar recados e relação de materiais necessários para realização de suas atividades.

c) Lote 3 - Contratação de serviços de Manutenção Predial, tais como: 10 (dez) eletricitistas, 4 (quatro) encanadores, 2 (dois) pintores, 6 (seis) serventes e 1 (um) encarregado de manutenção, contendo deve-se ressaltar que Convenção Coletiva que rege esta categoria é a da Construção Civil

b) Lote 2 - Contratação de serviços de apoio em copas, garçons, recepcionistas, auxiliares de carga e descarga, garagistas e 03 (três) garçons, 2 (duas) recepcionistas, 5 (cinco) auxiliares de carga e descarga e 5 (cinco) garagistas.

5.4. Registro de ocorrência - Manter um livro autenticado pelo CONTRATANTE, destinado aos registros das irregularidades com ciência imediata das providências a serem tomadas, bem como atos e fatos pertinentes, ocorridos durante a vigência do contrato; livros encerrados serão guardados pelo menos 05 (cinco) anos devendo ficar à disposição do CONTRATANTE;

5.5. Atividades individuais do Empregado - Estabelecer plano de trabalho discriminando, de forma clara e precisa, as responsabilidades de todos os empregados, inclusive, nas hipóteses de situações emergenciais;

5.6. Manter o quantitativo de pessoal e obediência ao horário de trabalho estabelecido pelo CONTRATANTE, em conformidade com as leis trabalhistas;

5.7. Colocar empregados do sexo feminino para execução dos serviços de limpeza nas instalações sanitárias femininas;

5.9. Disciplina e substituição de mão-de-obra - responsabilizar-se pela disciplina dos empregados no local do trabalho, cumprindo solicitação do CONTRATANTE que trate de substituição daquele que, por qualquer motivo, torne inoportuna sua permanência, além de:

a) Substituir o empregado ausente em suas faltas ao serviço e seus afastamentos legais;

b) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.

c) Recrutamento e Seleção - recrutar e selecionar os profissionais que serão alocados para prestação dos serviços;

d) Realizar os serviços com profissionais especializados e treinados, que serão mantidos à disposição do CONTRATANTE nos horários por este fixados, de modo que não haja interrupção na prestação dos serviços.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

f) Empreender os ajustes da metodologia ao longo de sua implantação.

5.11. Uniformes, Crachás, EPI, Auxílios Transporte e Alimentação, Salários e Encargos:

5.12. Fornecer uniforme para os profissionais, conforme modelo e quantidades estipuladas, e exigir o uso dos respectivos crachás de identificação durante o exercício de suas atividades, bem como camisa personalizada com o nome da empresa;

5.13. Fornecer equipamentos de segurança aos seus empregados, como: óculos, viseira, luvas, botas, máscaras, cinto de segurança e outros, comprometendo-se a cumprir todas as condições gerais de higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, sob pena de rescisão ou outras penalidades contratuais, a critério do CONTRATANTE;

5.14. Deverá utilizar placa de sinalização de piso indicando "CUIDADO - PISO MOLHADO", quando da aplicação de produtos que venham deixar o piso escorregadio;

5.15. Fornecer vale transporte e vale refeição para toda categoria, conforme as quantidades estipuladas, observando-se a legislação pertinente;

5.16. Deverá responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências do CONTRATANTE e seus respectivos retornos, por meios próprios em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas ocasiões onde se faça necessária a execução de serviços em caráter extraordinário, em qualquer dia e horário;

5.21. Constituir-se em fiel depositária de quaisquer materiais/equipamentos que, eventualmente, solicitar o CONTRATANTE, comprometendo-se, por si e por seus funcionários, a não revelar ou divulgar a terceiros, por quaisquer meios, informações obtidas em decorrência da realização dos serviços objeto deste contrato, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

caso de extinção de contrato por prazo determinado.

o) cópia de Guia de Recolhimento Rescatório do FGTS e da Contribuição Social (GRFC), em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em exemplo); e

n) recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas empresas, seja por parte do trabalhador;

m) documento que comprove a concessão de aviso prévio, trabalhado ou indenizado, seja por parte da empresa assim o exigir;

l) documento que ateste o recebimento de equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletiva, se o dela fez parte, quando for o caso;

k) comprovante de entrega da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e de que o trabalhador na época própria;

j) comprovantes de recolhimento de contribuição sindical e outras devidas aos sindicatos, se for o caso;

i) comprovantes de opção e fornecimento de vale transporte, quando for o caso;

h) recibo de pagamento, atestando o recebimento de salários mensais e adicionais, férias, abono pecuniário e 13º Salários (1ª e 2ª parcelas), quando da época própria, além de salário-família, caso devido, assinado pelo empregado, ou, conforme o artigo 464 da CLT, acompanhado de comprovante de depósito bancário na conta do trabalhador;

g) recibo de aviso de férias (30 dias antes do respectivo gozo);

f) cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo empregado, em que constem as horas trabalhadas, normais e extraordinárias, se for o caso;

e) comprovante de cadastramento do trabalhador no regime do PIS/PASEP;

d) Cópia de documento que caracterizem o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO;

c) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização dos exames médicos (admissional e periódicos e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função);

b) registro de emprego e cópia das páginas da carteira de trabalho e Previdência Social, atestando a contratação;

a) cópia do contrato de trabalho e do acordo ou da convenção coletiva de trabalho, relativos à categoria profissional a que pertence o trabalhador, para que se possa verificar o cumprimento das respectivas cláusulas;

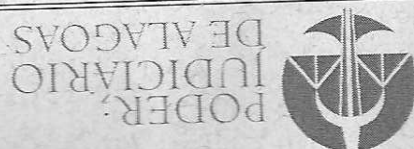
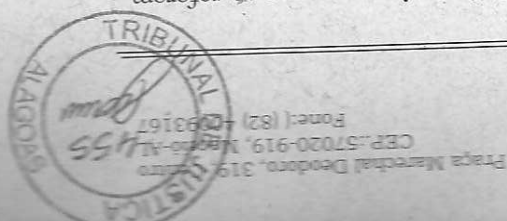
acordo com relação descrita a seguir:

5.20. Fornecer ao CONTRATANTE, quando exigido, cópia de documentos, bem como originais, de acordo com relação descrita a seguir:

5.19. Comparar as reuniões convocadas pelo CONTRATANTE através do Gestor do contrato, sujeitando-se às sanções contratuais nos casos de não atendimento à convocação;

5.18. Acatar a fiscalização do serviço contratado pelo Gestor do contrato, e cuja solicitação atender-se-a imediatamente;

5.17. Salários, encargos e outros - responder por todas as responsabilidades e ônus no que se referem aos seus empregados, tais como: salários, encargos sociais, acidentes, impostos e demais obrigações trabalhistas, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;





e) Comunicar ao Preposto sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;

f) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição provisória de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou identificação, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO

Pelos serviços prestados o CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA o valor de R\$ 190.195,82 (cento e noventa mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos), correspondente a todos os lotes do Termo de Referência: Lote I no valor mensal de R\$ 111.034,38; lote II no valor mensal de R\$ 29.130,86; e, Lote III no valor mensal de R\$ 50.030,58.

**Parágrafo primeiro.** No valor da contraprestação pecuniária, acima mencionado, está incluso o valor correspondente aos insumos (equipamentos e ferramentas) descritos no anexo I do presente termo, no montante de R\$ 47.141,00 (quarenta e sete mil, cento e quarenta e um reais).

**Parágrafo segundo.** Os insumos (equipamentos e utensílios) utilizados na execução contratual, constantes no item II do anexo primeiro deste instrumento, não passarão a integrar o patrimônio do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, através de ordem bancária para o estabelecimento indicado pela Contratada no prazo de 10 (dez) dias úteis do adimplimento da obrigação, mediante apresentação de Notas Fiscais/Fatura de Serviços, devidamente segregada por município de prestação dos serviços, atestada pelo gestor do contrato, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única;
- b) Comprovante de recolhimento do FGTS - SEFIP - GFIP;
- c) CND - Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social expedida pela Receita Federal do Brasil;
- d) CRS - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- f) Folha de pagamento de salários;
- g) Recibo de pagamento, atestando o recebimento de salários mensais e adicionais, além de salário-família, caso devido, assinado pelo empregado, ou, conforme o artigo 464 da CLT, acompanhado de comprovante de depósito bancário na conta do trabalhador;
- h) Comprovante de entrega de vale transporte, quando for o caso;
- i) GFIP - SEFIP;
- j) Comprovante de pagamento do auxílio alimentação;
- k) Comprovante de recolhimento do IRPF, quando houver.

9.2. Caberá ao CONTRATANTE a conferência dos documentos apresentados pela CONTRATADA e ao fiscal do contrato o respectivo Atesto.

9.3. A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções, implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização.

- a) Emitir ordem de serviço determinando o início da prestação dos serviços contratados. O prazo máximo para o início da prestação contratual será de 15 (quinze) dias.
- b) Acompanhar a execução dos serviços com o objetivo de garantir o fiel cumprimento do contrato;
- c) Atestar a Nota Fiscal/Fatura como condigão para o pagamento;
- d) Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR (FISCALIZAÇÃO)

O CONTRATANTE designará para um servidor para atuar como Gestor do Contrato, com as seguintes atribuições:

6.6. Dimensionar corretamente a necessidade dos serviços, evitando-se sua execução em jornada extraordinária, bem como indenização de viagens. Na hipótese de necessidade de execução dos serviços em jornada extraordinária, o CONTRATANTE recorrerá à compensação de horas (banco de horas), adequando à jornada de trabalho dos empregados da CONTRATADA as demandas de serviços do CONTRATANTE.

6.5. Promover, através do Gestor do contrato, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;

6.4. Disponibilizar para a CONTRATANTE, a título precário, uma dependência, para uso exclusivo de depósito de materiais, podendo os seus empregados dispor das instalações sanitárias comuns durante o período de trabalho, ficando, porém, vedado, terminantemente, o uso para alojamento ou moradia pessoal. A CONTRATADA, a quem se confiará chave da dependência, responderá pela guarda, asseio e conservação do local cedido, bem como dos bens eventualmente disponibilizados pelo TJ/AL.

- 6.3. Efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato;
- 6.2. Fornecer condições adequadas de trabalho para a execução dos serviços, colaborando com elaboração das ordens de serviço, dando vistas e aprovando sua implantação;
- 6.1. Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso dos representantes e/ou empregados da CONTRATADA ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados;

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, no decorrer da execução do presente contrato, obriga-se a:

5.24. Entregar Nota Fiscal imediatamente após o prazo consignado no subitem 8.1, compreendendo os serviços prestados no período entre 1º (primeiro) e 30º (trigésimo) dia de cada mês na sede do Contratante, acompanhado da documentação pertinente.

5.23. A mão-de-obra fornecida em cada LOTE pela respectiva CONTRATADA para a prestação do serviço ao CONTRATANTE não gerará para esta o estabelecimento de vínculo de emprego, nem instituirá solidariedade passiva em razão do não cumprimento pela CONTRATADA de obrigações tributárias.

5.22. Desde que não contrarie as normas intersindicais deverá ser previsto compensação de horas não trabalhadas em feriados públicos não coincidentes com os da iniciativa privada, podendo ser trabalhadas como horas suplementares em dias úteis ou aos sábados;

9.14. O faturamento mensal deverá ser formalizado com o valor mensal integral dos serviços, incluídos os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas diferidos mencionados no subitem 9.11, sendo que dos pagamentos mensais serão deduzidas as provisões citadas.

9.13. A abertura, depósitos e resgates da conta vinculada para movimentação e demais procedimentos obedecerão a sistemática prevista no Art. 19-A da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de outubro de 2009.

(d) Indenizações do Grupo C – Detalhamentos dos encargos sociais na forma estatuída na IN SLTI nº 02/2008.  
c) Impacto sobre férias e 13º salário;  
b) Férias e Abono de Férias;  
a) 13º salário;

9.12. O montante do depósito mensal vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:  
Contratante.

9.11. Nos termos do Art. 19-A da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de outubro de 2009, as provisões de encargos trabalhistas, a serem pagas pela Contratante serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas, exclusivamente em instituição financeira oficial, em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação, aberta em nome da contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem da Contratante.

9.10. Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da ordem bancária na unidade bancária.

9.9. A contratante reterá na fonte, a favor da Previdência Social, conforme disciplinado no artigo 219 do Decreto 3048/99, o percentual de 11% (onze por cento) sobre o valor dos serviços contidos na nota fiscal, podendo ser excluídos da base de cálculo os valores referentes aos materiais e/ou equipamentos previstos, e contidos nas planilhas de custo e formação de preços.

9.8. Não haverá retenção acima caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, mediante comprovação da opção nos termos da IN SRF nº 765/2007 e suas alterações posteriores.

9.7. A contratante reterá na fonte, sobre os pagamentos efetuados o IRRF - Imposto de renda retido na fonte de que trata o Art. 647 do Decreto nº 3.000/1999. A alíquota devida é de 1,5% (um e meio por cento).

9.6. A nota fiscal deverá ser entregue ao Fiscal do Contrato até o dia 25 do mês da prestação dos serviços, acompanhadas da documentação relacionada nos itens "a" até "k", subitem 9.1. Os comprovantes de pagamento/recolhimento devem referir-se à competência do mês anterior.

9.5. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através de ordem bancária para o estabelecimento indicado pela Contratada, em até 10 (dez) dias úteis após o adimplemento da obrigação, mediante apresentação da seguinte documentação:

9.4. O aceite/aprovação do serviço pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos serviços ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).



**CLÁUSULA DEZ| - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA**  
 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o Poder Judiciário de Alagoas fará a atualização financeira do valor. Fica convençãoado que a taxa de atualização financeira devida, entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplimento da parcela, será aquela prevista no art. 1.062 do Código Civil Brasileiro, mediante a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0023014, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0023014$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**10.1.** A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

**CLÁUSULA ONZE - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta do Programa de Trabalho nº 02.122.0003.2211.0000 - Manutenção dos Órgãos do Poder Judiciário, PTERES-20003, PI:1601, Fonte:0100-Recursos Ordinários, Elementos de Despesas nº s: 3390-37 - Locação de Mão-de-obra e 3390-30-Material de consumo, pertencente ao Poder Judiciário de Alagoas.

## CLÁUSULA DOZE - DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

A execução das obrigações contratuais integrantes deste termo será fiscalizada pelo FISCAL DO CONTRATO, formalmente designada pela Autoridade Competente, com autoridade para exercer, como representante do Poder Judiciário de Alagoas, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

**12.2.** Ao FISCAL DO CONTRATO compete, entre outras atribuições:

- Expedir Ordem de serviço para caracterizar início da prestação dos serviços pretendidos;
- Verificar o adequado uso dos produtos fornecidos pela contratante, de modo a impedir desperdícios ou mau uso de qualquer natureza;
- Manter organizado e atualizado um sistema de controle sobre os serviços prestados;
- Solicitar e/ou sugerir ao Administrador do Poder Judiciário de Alagoas a aplicação de penalidades, por descumprimento de cláusula contratual;
- Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- Conferir e atestar notas fiscais e encaminhá-las ao Setor competente para autorizar os pagamentos;
- Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

**12.1.** A ação ou omissão da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

## CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração do CONTRATANTE pode,



#### CLÁUSULA DEZESSEIS - DOS CASOS OMISSOS

Aplica-se ao presente contrato, especialmente aos casos omissos, a Lei nº 10.520/2002, com seu regulamento, a Lei 8.666/1993, com suas alterações, a Instrução Normativa MARE nº 18/1997 e demais normas pertinentes à licitação e à contratação públicas.

#### CLÁUSULA DEZESETE - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

#### CLÁUSULA DEZOITO - DA PUBLICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste ajuste e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA DEZENOVE - DO FORO

Fica eleito o Foro da comarca de Maceió/AL, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por assim estarem justas e acertadas, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, perante duas testemunhas a tudo presentes.

Maceió, 10 de maio de 2011.

**SEBASTIAO COSTA FILHO**

Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas  
CONTRATANTE

**IVONETE PORFÍRIO BARROS**

Sócia-gerente da empresa Ativa Serviços Gerais Ltda.  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1º.

CPF nº.

067733344-20

2º.

CPF nº.

064.995.834-03

a) Lote 1 - Contratação de serviços de limpeza e conservação, mediante a disponibilização de 72 (setenta e dois) servidores, 3 (três) auxiliares de jardinagem e 3 (três) encarregados, observando-se a produtividade de 600 m<sup>2</sup> nos serviços de áreas internas, em conformidade com a metodologia de referência dos serviços de limpeza e conservação estatuida através da IN 02/2008, alterada pela IN 03/2009, da SLTI, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, vinculado ao Ministério do Planejamento e Gestão.

3.2. As especificações do objeto, distribuídos em 03 (três) lotes, são as seguintes:

3.1. A CONTRATADA na execução dos serviços ora pactuados contará com 123 (cento e vinte e três) funcionários pertencentes ao seu quadro funcional.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO OBJETO**  
O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação, copa, garçons, recepcionistas e manutenção predial, com fornecimento de equipamentos, nas diversas dependências do CONTRANTE.

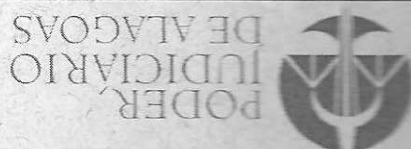
**CLAUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS**  
Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**  
O presente contrato é oriundo da dispensa de licitação, proveniente do Processo Administrativo nº. 02329-0.2011.001, amparada pelo inciso IV do art. 24 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos.

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**, com sede na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, nº 319, Centro, Maceió/AL, inscrito no CNPJ sob o nº 12.473.062/001-08, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Presidente, Des. **SEBASTIÃO COSTA FILHO**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, **ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, 05, Farol, CEP: 57051-410, Maceió-AL, tel. (82) 3033-5124, inscrita no CNPJ sob o nº 40.911.117/0001-41, doravante denominada **CONTRATADA** e aqui representada por sua sócia-gerente, Sr. **IVONETE PORFÍRIO BARROS**, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência do Processo Administrativo nº 02329-0.2011.001, referente à dispensa de licitação, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS.

CONTRATO 22/2011



Praca Marechal Deodoro, 319, Centro  
CEP: 57020-919, Maceió-AL  
Fone: (82) 40093167